

AMO-861.1
PETRÓLEO É NOSSO

ROYALTIES SÓ DILMA PODE SALVAR

Governadores apelam para que presidente negocie



▲ DENISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

Os governadores do Espírito Santo e Rio de Janeiro, Renato Casagrande (PSB) e Sérgio Cabral (PMDB), querem que o governo federal assumira imediatamente as negociações em torno da divisão dos royalties. É a única forma de se chegar a uma boa proposta tanto para Estados e municípios produtores quanto não produtores.

Essa foi a colocação incisiva feita pelos dois governadores, ontem, no debate realizado no Palácio Anchieta e que reuniu, além de Cabral e Casagrande, as bancadas federal e estadual do Estado e representantes da sociedade civil. O encontro foi organizado pelo Instituto dos Executivos Financeiros (Ibef-ES).

“O envolvimento da presidente Dilma Rousseff nas negociações é fundamental para sairmos do impasse e para evitar perdas para os produtores”, enfatizou Casagrande. Para o futuro, isto é, nas área

PROPOSTAS EM TRAMITAÇÃO

Ferraço

O projeto de lei do senador Ricardo Ferraço propõe que os royalties da camada pré-sal sejam distribuídos entre Estados e municípios de acordo com os critérios do PL 8051. Define ainda que os recursos do Fundo Social, provenientes da área do pré-sal no regime de concessão, sejam distribuídos imediatamente para os Estados e municípios não produtores.

Dornelles

O senador Francisco Dornelles (PP-RJ) apresentou proposta em que eleva a alíquota dos royalties do petróleo para 15%. O projeto assegura aos Estados e municípios produtores 22,5% e 30% dos tributos, respectivamente.

União

Entre os vários projetos que surgiram nos últimos meses, está o que prevê que a União



destine o que recebe a título de Participação Especial (PE) para os Estados e municípios não produtores, enquanto estes não começam a receber os royalties do pré-sal.

▼ Compensação

A Participação Especial é uma compensação, cuja alíquota é de 10% sobre o valor do barril de petróleo, paga sobre grandes campos. Dos 80 campos de petróleo existentes no país, apenas 14 pagam PE.

União luta por fatia no bolo

▲ Nos bastidores, o que se comenta é que a resistência da presidente Dilma Rousseff em entrar nas negociações dos royalties tem a ver com o fato de que, na primeira vez em que Estados produtores e não produtores se reuniram para uma reunião, a proposta que surgiu penaliza exatamente a União.

Dilma não gostou de saber que a alternativa apresentada tiraria dinheiro dos cofres do governo federal e teria decidido não se envolver nas negociações. Mas, ela já admite recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) caso o Congresso derrube o veto à Emenda Ibsen-Simon.

Nesse caso, a União terá que pagar compensação para os Estados produtores, que também acarretará em perda para a União.

do pré-sal, o que deve prevalecer é a proposta fechada pelos governadores e o presidente Lula, no ano passado, defende Cabral.

A estimativa é que o Estado receba, este ano, R\$ 850 milhões em royalties e participação especial (PE) e os municípios capixabas fiquem com R\$ 650 milhões. Já o Rio espera repasse, somente ao Estado, de R\$ 5,5 bilhões, em quan-

Medo é ter 2ª derrota no STF

▲ Recorrer ao STF pode não ser garantia de aprovação. Há apreensão entre os parlamentares e governadores de que os ministros do STF decidam não votar tomar nenhuma decisão que prejudique seus Estados de origem.

to que os municípios fluminenses devem abocanhar outro tanto.

O que os Estados não produtores querem é começar a receber royalties de campos em produção, o que caracterizaria quebra de contrato, avaliam os governadores. Como não querem abrir mão da compensação que recebem, os produtores insistem que, se algo for destinado aos

não produtores, os recursos devem sair dos cofres do governo federal.

Além disso, como o veto à Emenda Ibsen-Simon deve ser derrubado no Congresso, no dia 15, a busca da Justiça será a forma que os Estados produtores terão para manter a receita de royalties e PE.



CONTINUA págs. 4 e 5

REPERCUSSÕES NA BANCADA CAPIXABA

“Nós sabemos que não temos como ganhar esta luta, na avaliação do veto.”

ROSE DE FREITAS. DEPUTADA FEDERAL E VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA



“Uma boa alternativa é conseguirmos adiar a apreciação do veto do presidente Lula para ganharmos tempo nas negociações.”

LELO COIMBRA
DEPUTADO FEDERAL
(PMDB)

“Não é suficiente a presidente Dilma dizer que vai recorrer à Justiça. É preciso que ela entre na negociação disposta a buscar uma solução.”

RICARDO FERRAÇO
SENADOR
(PMDB)

“O governo tem todas as condições de chamar para si este problema e negociar uma saída para a questão dos royalties do petróleo.”

AUDIFAX BARCELOS
DEPUTADO FEDERAL
(PSB)

Alto. 861-2

PETRÓLEO É NOSSO

GILDO LOYOLA

Estado pode ter de cortar R\$ 600 milhões em obras



Estado verá recursos de sua produção de petróleo migrarem para outros Estados, caso nova divisão dos royalties seja implementada

Perda reduz investimento à metade

« A perda da receita dos royalties reduz pela metade a capacidade de investimento do Estados e municípios e quem mais perde é o cidadão, avalia o economista e editor da Revista Finanças dos Municípios, Alberto Borges.

Os investimentos em saúde, educação, estradas e construção de pontes tendem ser os mais afetados. Uma parte da receita dos municípios, lembra, é representada pelas transferências voluntárias e, com as contas apertadas, esses repasses também serão menores.

O presidente da Associação dos Municípios (Amunes), Gilson Amaro, está preocupado com as perdas das cidades e alerta que todo o planejamento dos prefeitos para os próximos anos terá que ser revisto.

A perda, segundo Amaro, que é prefeito de Santa Teresa, será grande porque o planejamento dos municípios busca a sustentabilidade das cidades.

Os prefeitos, avalia, terão que se esforçar para manter os investimentos em saúde e educação e reduzir os custos da máquina administrativa.

ARQUIVO/AG



Amaro alerta: planos terão de ser revistos

Mudança na partilha tira R\$ 1,2 bilhão do Estado e de municípios capixabas

▲ RITA BRIDI
rbridi@redgazeta.com.br

A mudança do atual sistema de distribuição dos royalties do petróleo, que prejudica os Estados produtores, vai tirar cerca de R\$ 1,2 bilhão dos cofres do Espírito Santo e dos municípios. O governo terá menos dinheiro para investir e também para o custeio e isso representará menos recursos para as áreas de educação, de saúde, segurança pública e infraestrutura.

Hoje o Estado investe cerca de R\$ 1 bilhão com recursos próprios. Com a perda de receita, os investimentos cairão e o governo estadual terá que desacelerar seu programa de investimento. Quem sairá perdendo será a população, que depende da am-

PREJUÍZO

R\$ 1,5

bilhão
É a arrecadação anual do Estado e dos municípios capixabas.

R\$ 1,2

bilhão
É quanto perderão o Estado e os municípios com a mudança na legislação.

pliação e da melhoria dos serviços ofertados pelo setor público.

“O Estado planeja investir R\$ 1,2 bilhão com recursos próprios no próximo ano, mas com a perda da receita dos royalties, teremos que reduzir muito o investimento. Vamos sair de uma receita de R\$

1,5 bilhão para R\$ 250 milhões”, avalia o governador Renato Casagrande.

O montante de R\$ 1,5 bilhão engloba a receita do Estado e dos municípios. “Teremos redução da capacidade de investimento e na prestação de serviços na área social”.

A arrecadação estadual, da ordem de R\$ 850 milhões, cairá para R\$ 120 milhões e a receita dos municípios, em torno de R\$ 650 milhões será reduzida para cerca de R\$ 130 milhões.

O Espírito Santo, que é hoje o segundo produtor brasileiro de petróleo, será prejudicado com a mudança que parlamentares de Estados não produtores querem fazer no atual sistema de distribuição da receita dos royalties. O Rio de Janeiro, o maior produtor brasileiro, será ainda mais.

“O Estado não vai que-

Cidade menor será afetada

« A perda de receita pode prejudicar o programa de descentralização do desenvolvimento estadual, avalia o economista Alberto Borges. Para garantir empreendimentos em regiões menos industrializadas, Estado e municípios fazem obras de infraestrutura como contrapartida. Com o corte, talvez não haja recursos.

brar, mas ficará impedido de executar o que planejou. Vamos ter que rediscutir o que planejamos e avaliar os cortes nos investimentos e no custeio”, destaca Casagrande.

De uma coisa o governador tem certeza: terá que reduzir o tamanho do Estado.

O governador lembra que na elaboração do Plano Plurianual (PPA) foram programadas ações e investimentos para os quatro anos de governo.

Entretanto, com o corte de receita, o programa terá que ser revisto porque o volume de dinheiro será menor do que o previsto.

Apesar das fortes ameaças de perda drástica de receita o governador não desanima.

“Estamos nos mobilizando para evitar que aconteça o pior para o Espírito Santo e estamos apostando que conseguiremos”.

O economista Alberto Borges lembra que hoje cidades que recebem a maior fatia dos royalties, como Presidente Kennedy, Linhares, São Mateus, entre outros, serão os mais afetados com a mudança pretendida no sistema de distribuição dos recursos.

O QUE DÁ PARA FAZER COM R\$ 1,2 BILHÃO (PERDA ESTIMADA DOS ROYALTIES NO ESTADO)



58.400
casas populares



100.000 salas
de aula equipadas



15.000 Km
de redes de esgoto



Comprar 48.000
carros populares



Pagar 2.352.940
salários mínimos



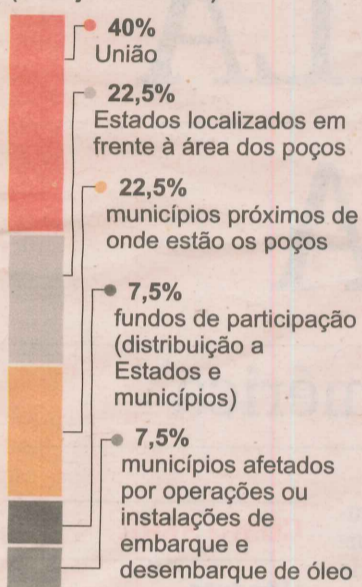
Comprar 17.000
ambulâncias equipadas

AJ10.861-3

Estados produtores correm para tentar adiar derrubada do veto

ENTENDA A NOVELA DA DIVISÃO DOS ROYALTIES

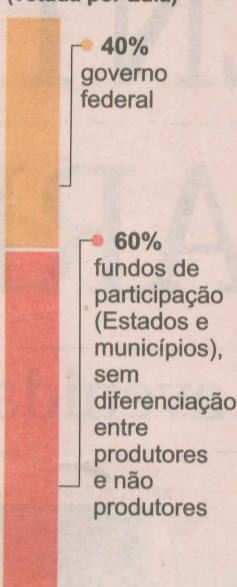
Divisão atual (áreas já concedidas)



Acordo/proposta do governo (áreas a serem concedidas)



Emenda Simon/Ibsen (vetada por Lula)



Proposta do senador Wellington Dias (PT-PI) e do deputado federal Marcelo Castro (PMDB-PI)



A PRÓXIMA PROPOSTA

- Ontem, o governador Sérgio Cabral afirmou que Espírito Santo e Rio de Janeiro vão levar um cardápio de propostas para serem apresentadas ao governo federal e aos Estados não produtores
- A proposta final deverá pedir que a União abra mão da participação especial que arrecada hoje para destinar aos Estados não produtores. Os royalties ficam como estão
- Mas até que a proposta seja negociada, o pedido dos Estados produtores é para adiar a apreciação do veto de Lula à Emenda Ibsen

Do que foi arrecadado no total, Estados e municípios produtores passam a receber uma média do que foi repassado de royalties nos últimos cinco anos

A Gazeta - Ed. de arte - Genildo

Plano é prorrogar prazo e apresentar mais propostas para serem discutidas

DE NISE ZANDONADI
dzandonadi@redgazeta.com.br

Até que o veto à Emenda Ibsen-Simon seja avaliado no Congresso – a sessão está marcada para o dia 15 de setembro – os Estados produtores têm uma batalha para tentar vencer. São várias ações que estão programadas pelos governadores e bancadas federais do Rio e Espírito Santo, entre elas adiar a derrubada do veto no Congresso.

Amanhã, a partir das 10 horas, haverá audiência nas Comissões de Assuntos Econômico e Comissão de Infraestrutura do Senado, reunindo os governadores Renato Casagrande, do Espírito Santo, e Sérgio Cabral, do Rio.

Eles devem levar um leque de propostas que se-

rão apresentadas aos governadores dos Estados não produtores de petróleo. Ontem, depois do debate no Palácio Anchieta, Cabral e Casagrande insistiram em não dar detalhes dessas propostas.

Cabral disse que uma das coisas a serem apresentadas é a alternativa de a União repassar parte ou o todo do que recebe de Participação Especial para os Estados e municípios não produtores. O governo federal faria o repasse por um período de transição, enquanto os royalties do pré-sal não chegam.

Segundo ele, o mais importante é garantir que a presidente Dilma assuma as negociações. “O momento atual favorece este tipo de entendimento que estamos buscando”, afirma Casagrande.

NORDESTE

Na quinta-feira, os governadores de Pernambu-

co, Eduardo Campos (PSB), e de Sergipe, Marcelo Déda (PT), é que estarão na audiência das duas comissões no Senado. Os dois dirigentes estão conduzindo as negociações para parte dos não produtores de petróleo.

Na sexta-feira pela manhã, quem estará em Vitória é o senador Wellington Dias (PT-PI). O parlamentar propõe que os royalties sejam divididos de acordo com o FPE e FPM. O projeto destina aos Estados produtores 26,25% dos royalties, limitando o montante ao valor médio do que esses Estados receberam 60 meses antes de a lei entrar em vigor.

Cabral e Casagrande esperam ser chamados pela presidente Dilma para conversar sobre a situação. Os dirigentes estaduais querem este contato com a chefe do Executivo nacional o mais rápido possível.



FÁBIO VICENTINI

Presença

O evento de ontem no Palácio Anchieta reuniu quase todos os prefeitos capixabas, as bancadas federal e estadual, além de representantes da sociedade. Do Rio vieram também o vice-governador, Luiz Fernando Pezão, e o secretário Júlio Bueno.

Barris de petróleo

350 mil

Essa é a quantidade que o Estado produz hoje por dia. Mas até 2013, isso deverá saltar para 500 mil barris, o que significa ainda mais royalties.

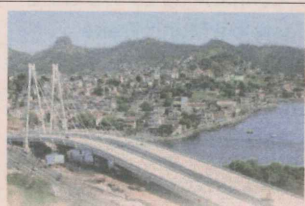
Produção

90%

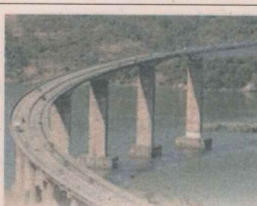
Esse é o percentual do petróleo brasileiro que o Rio de Janeiro e o Espírito Santo produzem juntos. São Paulo deverá produzir mais com o pré-sal.



Construir e equipar quase 10 hospitais como o novo Dório Silva



Construir 18 pontes iguais a da Passagem



Construir 32 alças da Terceira Ponte



Construir 32 viadutos como o que está sendo feito entre as rodovias Darly Santos e Carlos Lindenberg



Reformar quase 4 vezes o Aeroporto de Vitória